

## SUMÁRIO

### ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

*Inteligência artificial no Judiciário brasileiro: salvaguardas, riscos e novas fronteiras*

Vinicius Almada Mozetic ..... 17

*Ralé da ralé: a perda dos direitos da personalidade da mulher em situação de rua*  
 Jamille Vieira Borba; Ricardo Alves de Lima ..... 49

*Legal Design e ESG: contornos e incidências práticas*

Daniela de Melo Crosara; Daniele Aya Tano Yoshii ..... 69

*La libertad de expresión en una nueva encrucijada: tras los pasos de Antonio A. Cançado Trindade*

Eulalia W. Petit de Gabriel ..... 89

*Judicialização previdenciária em excesso: riscos aos direitos fundamentais e o papel do Judiciário como agente de transformação*

Dessano Plum Oliveira; Sergio Henrique Salvador; Theodoro Vicente Agostinho ..... 123

*Relações entre os Poderes no controle de constitucionalidade por omissão: Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e Mandado de Injunção nº 4.733*

Paulo Henrique Silveira Chaves; João Flávio Oliveira Silva; João Souza Araújo Filho ..... 141

*Violencia política, paz social y derecho*

Jorge Del Picó Rubio ..... 163

*Além da fé: a transição para inatividade de ministros de confissão religiosa e o surgimento de "super sacerdotes"*

Mauro Salles Ferreira Leite; Lucilene de Fátima Eggert ..... 199

*Fundamentos históricos do processo estrutural nos Estados Unidos: segregação, poder e jurisdição*

Milene Regina Anadão Sati; Rafael Lazzarotto Simioni ..... 213

*Justiça Militar angolana: princípios constitucionais norteadores e desafios na era digital*

Francisco Alberto Mafuani; Matias Mpanzo Caxixi ..... 233

## JURISPRUDÊNCIA

### ÓRGÃO ESPECIAL

Suspensão de Liminar e de Sentença. ANATEL. Controle judicial de atos de agência reguladora. Anuência prévia para aquisição de sociedade empresária permissionária de serviço de telecomunicação. Separação de poderes. Grave lesão à ordem pública. Ag SLS [5030643-88.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Carlos Muta .....259

Conflito Negativo de Competência. Expulsão de estrangeiro condenado criminalmente determinada por ato administrativo. Competência do Juízo Cível. CJ [5033424-83.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo .....262

Conflito de Competência. Mandado de Segurança. Foro do domicílio do impetrante ou foro da sede funcional da autoridade impetrada. Opção do impetrante. Redistribuição do feito, de um para outro dos juízos concorrentemente competentes, a pedido do impetrante. Impossibilidade. Violação ao princípio do juiz natural.

CCCV [5001140-85.2025.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Nelton dos Santos .....263

### PRIMEIRA SEÇÃO

#### Primeira Turma

Servidor militar. Próprio nacional residencial. Permanência. Taxa de uso. Reparação dos gastos efetuados na reforma do imóvel.

ApCiv [0002225-35.2013.4.03.6105](#)

Desembargador Federal Herbert de Bruyn .....264

Reintegração de posse. Alegação de nulidade por ausência de intimação para razões finais. Preclusão. Não demonstração de prejuízo. Cerceamento de defesa. Não ocorrência. Imóvel situado em faixa de fronteira. Bem da União. Validade do ato de cancelamento da matrícula anterior. Ausência de ratificação do registro imobiliário. Inexistência de servidão minerária.

ApCiv [0001163-64.2016.4.03.6004](#)

Desembargador Federal David Dantas .....265

Servidor público. Reingresso no serviço público mediante novo concurso. Impossibilidade de aproveitamento de tempo de serviço anterior para dispensa de estágio probatório e progressão funcional. Boa-fé no recebimento de valores. Inexigibilidade de devolução.

ApCiv [5016815-19.2019.4.03.6105](#)

Desembargador Federal Antonio Morimoto .....267

Ação Civil Pública. "Programa minha casa, minha vida". Possíveis irregularidades na ocupação de imóveis abrangidos pelo programa. Responsabilidade do município quanto à fiscalização dos imóveis abrangidos pelo programa no pós-ocupação.

Possibilidade. Responsabilidade da CEF quanto às medidas para regularização dos imóveis no pós-ocupação. Possibilidade.

ApCiv [5000016-52.2020.4.03.6108](#)

Desembargador Federal Renato Becho .....269

Financiamento estudantil (FIES). Abatimento do saldo devedor por atuação na linha de frente da pandemia de Covid-19. Legitimidade passiva do FNDE e da União.

ApCiv [5000575-26.2022.4.03.6112](#)

Desembargador Federal Cotrim Guimarães .....271

## **Segunda Turma**

Direito do consumidor. Ação Civil Pública. Cobrança de tarifa na compensação de cheques de baixo valor. Abusividade. Devolução de valores. Dano moral coletivo inexistente.

ApCiv [0013472-04.2008.4.03.6100](#)

Desembargadora Federal Renata Lotufo .....272

Ação Civil Pública. Prova pericial. Desnecessidade. Exercício irregular de advocacia. Termo de ajustamento de conduta parcial. Matéria preliminar. Captação de clientela. Mercantilização da atividade advocatícia. Dano moral coletivo. Requisitos. Caracterização. Redução do montante fixado. Milhares de ações judiciais.

ApCiv [0009201-44.2011.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Carlos Francisco .....274

Direito de vizinhança. Proprietário. Reponsabilidade objetiva. Danos causados aos vizinhos. Infiltrações. Risco de desabamento. Dever de indenizar.

ApCiv [0008050-29.2014.4.03.6103](#)

Desembargador Federal Alessandro Diaferia .....277

Servidor. Ação anulatória. Processo administrativo disciplinar. Inassiduidade habitual. Licença médica não homologada. Pena de demissão. Nulidades não constatadas. Ato vinculado.

ApCiv [0018157-73.2016.4.03.6100](#)

Desembargadora Federal Audrey Gasparini .....278

## **SEGUNDA SEÇÃO**

### **Terceira Turma**

Ação Civil Pública. Interdição de imóvel público. Situação inadequada de conservação e apresentação de riscos aos servidores e usuários. Danos morais coletivos.

ApCiv [0015605-38.2016.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Rubens Calixto .....279

Direito Ambiental. Suspensão do feito indeferida. Oferecimento de memoriais. Intimação por edital. Validade. Comparecimento espontâneo do réu. Ato punitivo.

Fundamentação *per relationem*. Possibilidade. Ilícito administrativo ambiental. Autoria e materialidade demonstradas. Natureza objetiva da responsabilidade nesta seara. Inversão dos ônus sucumbenciais.

ApelRemNec [0005445-26.2017.4.03.6000](#)

Desembargador Federal Carlos Delgado .....281

Revalidação de diploma médico. Instituição de educação superior estrangeira. Exame "Revalida". IRDR nº 5/TRF3. Exigência de diploma. Inscrição sem a conclusão do curso.

ApCiv [5000175-08.2023.4.03.6005](#)

Desembargadora Federal Adriana Pileggi .....285

Imposto sobre a renda. Aposentadoria. Complementação de aposentadoria. Cardiopatia grave. Comprovação. Direito a isenção.

ApCiv [5005825-30.2023.4.03.6104](#)

Desembargador Federal Nery Júnior .....286

Ensino superior. Transferência de curso entre universidades federais em razão de enfermidade. Exclusividade do tratamento não demonstrada. Doença preexistente.

AI [5018183-69.2024.4.03.0000](#)

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida .....288

#### **Quarta Turma**

Auto de infração por fraude na declaração de valor aduaneiro. Multa punitiva de 150%. Excesso configurado. Redução ao patamar de 100%. Princípios constitucionais da legalidade, da razoabilidade e da vedação ao confisco.

ApCiv [5000029-50.2017.4.03.6110](#)

Desembargador Federal André Nabarrete .....291

Ação Civil Pública. Proteção ao meio ambiente. Artigo 225, CF/88. Leis 4.771/1965, 6.938/1981, 7.347/1985, 12.651/2012. Ocupação e edificação em área de preservação permanente. Dano ambiental *in re ipsa*. Responsabilidade civil objetiva e *propter rem*. Teoria do risco integral. Conduta, nexo e dano comprovados. Condenação a obrigações de fazer, não fazer e à restauração ambiental. Indenização não aplicada. Ausência de resistência.

ApCiv [5000108-85.2019.4.03.6004](#)

Desembargadora Federal Mônica Nobre .....293

Morte de militar. Responsabilidade objetiva da união. Dano moral configurado. Juros de mora a contar do evento danoso.

ApCiv [5001531-19.2020.4.03.6110](#)

Desembargadora Federal Leila Paiva .....297

Mandado de Segurança. Concurso público. Engenheiro e analistas. Piso salarial. Jornada de 40 horas semanais. Retificação do edital. Impossibilidade. Lei nº 4950-a/66. Artigo 37 XIII da Constituição Federal.

ApCiv [5002541-54.2022.4.03.6005](#)

Desembargador Federal Marcelo Saraiva .....298

FIES. Tutela de urgência. Exigência de melhor nota obtida no ENEM como critério de classificação. Arts. 37 e 38 da Portaria MEC n. 209/2018 e arts. 17 e 18 da Portaria MEC n. 38/2021. Atribuição expressamente prevista na Lei n. 10.260/2001. Ausência de ilegalidade. Concessão de financiamento estudantil em vagas remanescentes. Impossibilidade. Violação ao princípio da separação dos poderes.

AI [5028282-98.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Wilson Zauhy .....299

## **Sexta Turma**

Ação Civil Pública. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Resolução da Diretoria Colegiada da ANS nº 27/2000 (RDC 27). Revisão técnica. Autorização de modificação unilateral do conteúdo e qualidade dos contratos de plano de saúde. Violação ao direito do consumidor. Extrapolação da função reguladora da ANS. Ilegalidade da resolução. Nulidade das autorizações concedidas às corréis com base na RDC 27. Restituição dos valores indevidamente recebidos dos consumidores. Inocorrência de julgamento *extra petita*. Responsabilidade solidária da ANS e das operadoras de plano de saúde pela restituição do indébito.

ApCiv [0008252-69.2001.4.03.6100](#)

Desembargador Federal Valdeci dos Santos .....300

Ação Civil Pública de improbidade administrativa. Cessão de terras públicas por mero ofício, destituída das formalidades legais. Conluio doloso entre os réus, a fim de possibilitar a irregular cessão de terras públicas destinadas à reforma agrária, para fins particulares, sem qualquer contraprestação à União, em flagrante prejuízo ao erário e enriquecimento sem causa de particulares.

ApelRemNec [0003001-24.2011.4.03.6002](#)

Desembargador Federal Souza Ribeiro .....305

Mandado de Segurança. Admissão temporária de obra de arte para exposição. Natureza cívico-cultural. Tarifa de armazenagem. Fixação de acordo com a tabela 9 do anexo 4 do contrato de concessão do aeroporto de Guarulhos/SP. Possibilidade.

RemNecCiv [5008741-73.2019.4.03.6105](#)

Desembargadora Federal Marisa Santos .....309

Mandado de Segurança. Exercício de profissão regulamentada. Inscrição em Conselho Profissional. Despachante documentalista. Lei Federal nº 14.282/2021. Exigência de graduação. Ausência de curso credenciado. Impossibilidade de restrição ao exercício profissional.

RemNecCiv [5007506-13.2024.4.03.6100](#)

Desembargadora Federal Giselle França .....310

Ação Ordinária para fornecimento de medicamentos. Teprotumumab – Tepezza. Direito à vida e à saúde. Ausência de parecer da CONITEC. Parecer desfavorável do NATJUS. Não demonstração da ineficácia do tratamento oferecido pelo SUS. Tema de Repercussão Geral n. 06 do STF.

AI [5013537-16.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Mairan Maia .....311

## TERCEIRA SEÇÃO

### Sétima Turma

Cumprimento de sentença. Implantação de benefício determinada por provimento precário. Posterior revogação. Repetibilidade dos valores. Tema nº 692/STJ. Liquidação nos próprios autos.

ApCiv [5003246-40.2018.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Marcelo Vieira .....312

Aposentadoria por idade urbana. Reconhecimento de tempo de serviço como empregada doméstica. Rasura em CTPS. Prova oral idônea. Julgamento com perspectiva de gênero.

ApCiv [5568123-92.2019.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Inês Virgínia .....314

Motivação “per relationem”. Afastada violação ao § 3º do artigo 1.021 do CPC. Ausência de elementos capazes de invalidar a decisão recorrida. Pensão por morte. Filho inválido. Incapacidade anterior ao óbito. Maioridade.

ApCiv [5006487-02.2020.4.03.6103](#)

Desembargador Federal Marcus Orione .....316

Seguro-desemprego do pescador artesanal. Seguro defeso. Concessão do benefício. Danos morais.

ApCiv [5054271-19.2023.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Jean Marcos .....317

Benefícios por incapacidade temporária e permanente (art. 201, inc. I, CF e arts. 42 e 59, Lei 8.213/91). Incapacidade permanente configurada. Condições socioeconômica. Súmula 47 da TNU. Carência cumprida. Qualidade de segurado comprovada. Requisitos preenchidos. Termo inicial. Correção monetária. Juros de mora. Prequestionamento.

ApCiv [5098501-15.2024.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Erik Gramstrup .....319

### Oitava Turma

Aposentadoria especial. Atividade especial. Fundição. Enquadramento por categoria profissional. Exposição a agentes nocivos. Ruído. Conversão de tempo especial em comum implemento dos requisitos necessários à aposentação.

ApCiv [0006969-38.2010.4.03.6183](#)

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta .....321

Juízo de Retratação. Revisão da renda mensal inicial. EC nºs 20/98 e 41/2003. Benefício concedido no período do “buraco negro”. RE nº 564.354. Art. 144 da Lei nº 8.213/1991.

ApCiv [5001565-71.2017.4.03.6183](#)

Juíza Federal Convocada Raecler Baldresca .....323



Pensão por morte. Artigos 74 e seguintes da Lei nº 8.213/1991. Desdobro indevido. Correção monetária. Honorários advocatícios.

ApCiv [5002721-12.2019.4.03.6123](#)

Desembargadora Federal Silvia Rocha .....325

Auxílio-acidente. Segurado contribuinte individual.

ApCiv [5004341-37.2020.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Louise Filgueiras .....326

Aposentadoria por idade rural. Regime de economia familiar não comprovado.

ApCiv [5000082-23.2025.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Toru Yamamoto .....327

### **Nona Turma**

Execução de sentença. Juros de mora incidentes entre a data da conta de liquidação e a expedição do precatório. Reconhecimento de saldo remanescente.

ApCiv [0040924-58.2010.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Ana Iucker .....329

Ação de ressarcimento ao erário. Sentença penal condenatória transitada em julgado. Coisa julgada material. *Bis in idem*. Inviabilidade de tramitação simultânea de demandas nas esferas penal e cível.

ApCiv [0005053-55.2015.4.03.6130](#)

Desembargadora Federal Cristina Melo .....330

Aposentadoria por tempo de contribuição de professor. Atividades de auxiliar de classe e de assistente de período não reconhecidas. Requisitos para a concessão do benefício não preenchidos.

ApCiv [5023271-03.2023.4.03.6183](#)

Desembargador Federal Gilberto Jordan .....332

Revisão. Aposentadoria por tempo de contribuição. Tempo de serviço especial. Ruído. Enquadramento parcial. Inclusão de salários de contribuição no CNIS. Revisão da renda mensal inicial devida. Termo inicial.

ApCiv [5101219-82.2024.4.03.9999](#)

Desembargadora Federal Daldice Santana .....334

Cumprimento de sentença. Pensão por morte. Habilitação tardia de companheira. Anterior percepção de benefício por integrante do mesmo núcleo familiar (filha). Pagamento de atrasados. Descabimento. Enriquecimento sem causa.

AI [5024645-42.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Fonseca Gonçalves .....336

### **Décima Turma**

Aposentadoria por tempo de contribuição. Guarda-mirim. Atividade de natureza socioeducativa. Ausência de configuração do vínculo empregatício.

ApCiv [5002844-59.2022.4.03.6105](#)

Desembargador Federal Nelson Porfírio .....337

Pensão por morte. Artigos 74 e seguintes da lei 8.213/91. Qualidade de segurado. Dependência econômica presumida. União estável demonstrada. Requisitos presentes. Benefício devido. Termo inicial.

ApCiv [5002022-79.2023.4.03.6123](#)

Desembargadora Federal Gabriela Araujo .....338

Contribuinte individual. Remuneração comprovada. Recolhimento extemporâneo válido. Aposentadoria por tempo de contribuição de pessoa deficiente. Deficiência em grau moderado. Possibilidade. Benefício concedido. Termo inicial. DER.

ApCiv [5002065-25.2023.4.03.6120](#)

Desembargador Federal João Consolim .....342

Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade especial. Vigilante.

ApCiv [5061122-74.2023.4.03.9999](#)

Juiz Federal Convocado Ciro Brandani .....344

Pensão por morte. Extinção sem resolução de mérito. Sentença anulada. Causa madura. Indígena. União estável. Início de prova material corroborada por prova testemunhal. Extinção afastada. Benefício concedido.

ApCiv [5001295-98.2024.4.03.9999](#)

Desembargador Federal Marcos Moreira .....346

## **QUARTA SEÇÃO**

### **Quinta Turma**

Contrabando (CP, art. 334-A, § 1º, V) e descaminho (CP, art. 334, § 1º, IV). Materialidade e autoria comprovadas. Pedido de desclassificação afastado. Estado de necessidade não caracterizado. Dosimetria. Manutenção da pena-base. Compensação entre agravante e atenuante. Regime inicial aberto mantido.

ApCrim [5001728-31.2021.4.03.6112](#)

Desembargador Federal André Nekatschalow .....348

Adulteração de sinal identificador de veículo. Documento falso. Crime impossível.

ApCrim [5000071-90.2022.4.03.6121](#)

Desembargador Federal Ali Mazloun .....350

Evasão de divisas. Art. 22, parágrafo único, da Lei nº 7.492/1986. Tentativa de remessa ilegal de ouro ao exterior. ANPP. Não preenchimento dos requisitos. Preliminar rejeitada. Conduta típica. Pedido de desclassificação para o crime do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.176/1991. Inviável.

ApCrim [5005210-37.2022.4.03.6181](#)

Desembargador Federal Paulo Fontes .....352

Mandado de Segurança Criminal. Provedores de serviço de internet. Representantes que empresa internacional atuam no Brasil. Legitimidade passiva para informar dados cadastrais em investigação criminal. Lei nº 12.965/2014. Marco Civil da Internet. Ordem de quebra de sigilo de dados cadastrais de usuários não identificados.

MSCrim [5034366-18.2024.4.03.0000](#)

Desembargador Federal Maurício Kato .....354



## Décima Primeira Turma

Corrupção ativa e corrupção passiva. Art. 317 e 333 do Código Penal. Operação Grandes Lagos. Materialidade, autoria e dolo demonstrados. Dosimetria. Redimensionamento. Substituição da pena por restritiva de direitos. Possibilidade. ApCrim [0009511-03.2009.4.03.6106](#)  
 Desembargador Federal Hélio Nogueira .....355

Direito à não autoincriminação. Contrabando. Descaminho. Princípio da insignificância. ApCrim [0001974-20.2018.4.03.6112](#)  
 Desembargador Federal Nino Toldo .....357

Destruição e danificação de floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação. Artigo 38, *caput*, da Lei nº 9.605/1998. Imputação de crime ambiental de natureza instantânea ainda que de efeitos eventualmente permanentes. Prescrição da pretensão punitiva em abstrato. Benefício etário. ReSe [5000402-14.2023.4.03.6129](#)  
 Desembargador Federal José Lunardelli .....358

Sistema penitenciário federal. Presídio de segurança máxima. Inclusão ou renovação do prazo de permanência do preso. Julgado nº 118.134/RJ do STJ. Competência para decidir sobre admissibilidade da prorrogação é do juízo de origem solicitante. Cognição estreita do juiz federal solicitado. AgExPe [5008826-10.2024.4.03.6000](#)  
 Desembargador Federal Fausto De Sanctis .....359

## SENTENÇAS

Procedimento Comum Cível. Projeto e construção do terceiro terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Rescisão unilateral do contrato. Responsabilidade civil da INFRAERO e da União. [5021960-42.2017.4.03.6100](#)  
 Juiz Federal Israel Almeida da Silva .....363

Procedimento Comum Cível. Ação Regressiva de Indenização. Ressarcimento de valores gastos pelo INSS para o pagamento de benefício previdenciário de auxílio por incapacidade temporária e auxílio-acidente. [5002119-58.2019.4.03.6143](#)  
 Juiz Federal Adolpho Augusto Lima Azevedo .....385

Procedimento do Juizado Especial Cível. Pensão por Morte. Separação de fato. Protocolo de julgamento sob perspectiva de gênero. [5000262-46.2024.4.03.6322](#)  
 Juiz Federal Maicon Natan Volpi .....403

Mandado de Segurança Cível. Direito de migração. Conselho Regional de Odontologia. Inscrição temporária para fins de estudo. Convenção internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes. Protocolo para julgamento com perspectiva racial. [5000802-81.2024.4.03.6100](#)  
 Juíza Federal Mayara de Lima Reis .....412

Procedimento do Juizado Especial Cível. Aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência.

[5001172-21.2024.4.03.6307](#)

Juiz Federal Paulo Ricardo Mignoni Louzada Filho .....417

Mandado de Segurança Cível. Empresa voltada à alienação de participação societária de caráter não permanente. Bens incorpóreos. Cessão de direitos. Consulta 347 COSIT. Alíquotas de IRPJ e CSLL próprias.

[5018123-32.2024.4.03.6100](#)

Juiz Federal Ricardo de Castro Nascimento .....424

Procedimento Comum Cível. Concurso público. Técnico bancário. Caixa Econômica Federal. Alegação de contratação de terceiros.

[5024638-83.2024.4.03.6100](#)

Juíza Federal Sílvia Figueiredo Marques .....430

## **SÚMULAS**

Súmulas do TRF da 3ª Região .....439

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região ..... 447